

# SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

2015

Flávio António SOARES DA GAMA / f.soaresdagama@afdb.org  
Economista-país Residente STFO/SARC, AfDB





## SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

- O crescimento real do PIB acelerou para 4.9% em 2014, acima dos 4.0% registados em 2013, impulsionado pela melhoria da produção agrícola e dos serviços, e a tendência deverá manter-se em 2015, com um crescimento projetado de 5.1%.
- O país, com uma boa governação baseada no Estado de direito, realizou eleições legislativas livres e transparentes a 12 de outubro de 2014, oferecendo um ambiente promissor para a estabilidade política e o reforço da confiança dos investidores.
- Como pequeno país insular, São Tomé e Príncipe enfrenta desafios de inclusão espacial devido à subida do nível das águas do mar causada pelas alterações climáticas e à falta de uma estratégia nacional de combate às desigualdades territoriais.

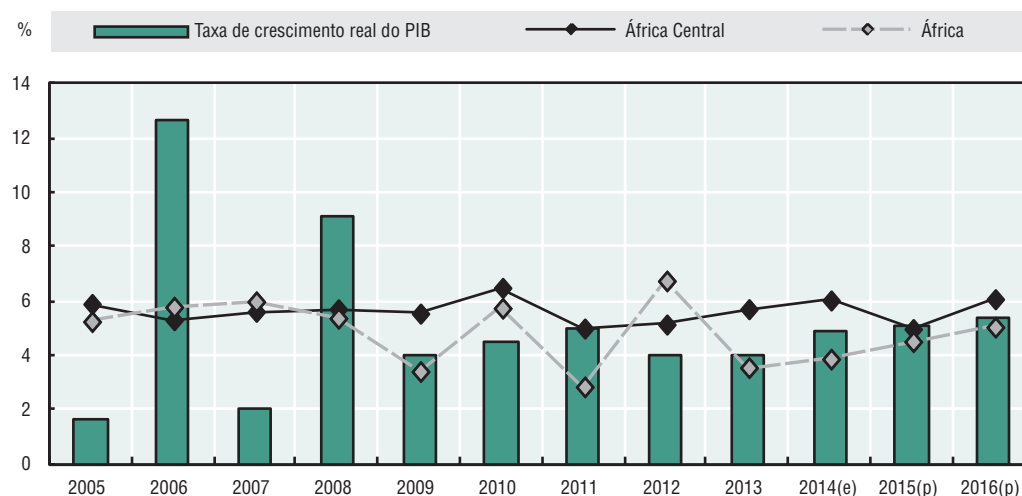
### Visão geral

São Tomé e Príncipe registou um crescimento real do PIB de 4.9% em 2014, acima dos 4.0% verificados em 2013, ancorado em medidas restritivas de política ao abrigo do acordo de Facilidade de Crédito Alargado 2012-2015, implementado com apoio do FMI, e impulsionado pela expansão dos serviços e da agricultura. O regime de câmbio fixo decorrente da ancoragem da dobra ao euro continua a orientar a política monetária do país. Como resultado, o índice de preços no consumidor caiu para 6.3% em 2014, que compara com 8.1% em 2013. Em 2015, a economia deverá crescer 5.1% e a inflação diminuir para 5.2%, apoiada pelo acordo de paridade cambial.

O governo implementou reformas económicas estruturais que têm ajudado a melhorar os seus indicadores macroeconómicos e a proporcionar um ambiente mais propício aos investidores privados. As reformas incluem a abolição dos requisitos mínimos de capital por parte das entidades empresariais para a obtenção de uma licença comercial, bem como o lançamento de um “projeto de inclusão do contribuinte” para fortalecer a administração das receitas. Medidas adicionais incluem a aprovação de uma nova lei sobre a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo. Em janeiro de 2014, as autoridades aprovaram um orçamento de 159 milhões de USD para 2014, ancorado em quatro princípios fundamentais: i) a promoção da sustentabilidade institucional e da estabilidade política; ii) a revitalização dos setores primário e terciário da economia; iii) a melhoria do ambiente de negócios; e iv) o desenvolvimento de infraestruturas. Cerca de 93% das despesas de capital deveriam ser financiadas através de ajuda externa assente em donativos (47.6% da ajuda externa) e empréstimos (52.4%). A promulgação do orçamento para 2015 foi adiada, com a discussão no parlamento prevista para março de 2015.

O quadro legislativo destinado a garantir a inclusão espacial não está suficientemente desenvolvido em São Tomé e Príncipe. Em 1977, dois anos após a independência de Portugal, o governo implementou reformas fundamentais e privatizou as terras das plantações de propriedade portuguesa. As reformas destinavam-se a reduzir as disparidades entre as zonas urbanas e rurais, mas o setor agrícola tem enfrentado grandes dificuldades devido à falta de investimentos e de mão-de-obra qualificada. Ao mesmo tempo, a descentralização do poder de decisão, que visa transferir uma maior autonomia para os organismos governamentais locais e regionais, ainda tem de provar a sua eficácia. As zonas rurais ainda estão confrontadas com vários desafios de inclusão, entre os quais o acesso ao saneamento, água potável, escolas e hospitais. Por outro lado, os desafios decorrentes das alterações climáticas estão a aumentar, com a agricultura afetada pelo aumento das temperaturas e a diminuição simultânea das chuvas, ao mesmo tempo que o país, como um todo, está ameaçado pela subida do nível das águas do mar e erosão das zonas costeiras.

Figura 1. Taxa de crescimento real do PIB



Fontes: BAD, dados das autoridades nacionais; estimativas (e) e previsões com base em cálculos dos autores (p).

Tabela 1. Indicadores macroeconómicos

|                                    | 2013  | 2014(e) | 2015(p) | 2016(p) |
|------------------------------------|-------|---------|---------|---------|
| Crescimento real do PIB            | 4.0   | 4.9     | 5.1     | 5.4     |
| Crescimento real do PIB per capita | 1.4   | 2.4     | 2.7     | 3.0     |
| Inflação medida pelo IPC           | 8.1   | 6.3     | 5.2     | 4.4     |
| Saldo orçamental, em % do PIB      | -11.3 | -9.4    | -7.2    | -8.0    |
| Conta corrente, em % do PIB        | -18.3 | -17.0   | -10.7   | -12.9   |

Fonte: Dados das autoridades nacionais; estimativas (e) e previsões (p) com base em cálculos dos autores.

## Desenvolvimentos recentes e perspetivas

O recente desempenho económico de São Tomé e Príncipe foi impulsionado fundamentalmente pelos setores da agricultura, dos serviços (comércio a retalho e turismo) e da construção. A aceleração do crescimento para 4.9% em 2014, que compara com 4.0% em 2013, não tem sido suficiente para resolver o desafio do desemprego. A taxa de desemprego manteve-se elevada em 13.6%, com o desemprego a afetar principalmente os jovens, que representam 23% do desemprego total, de acordo com o recenseamento geral da população e da habitação de 2012. As dificuldades persistentes do ambiente económico global afetaram o desempenho do país em 2014, devido ao reduzido financiamento de projetos dos setores público e privado e aos atrasos na execução dos mesmos. As perspetivas económicas também foram afetadas por atrasos registados no início previsto da exploração petrolífera. A produção de petróleo foi já programada para começar em 2018/19, em vez de 2015, aumentando a pressão sobre as autoridades e gerando especulações sobre o futuro da produção de petróleo no país. Neste contexto, a ilha do Príncipe decidiu mudar a sua prioridade de desenvolvimento regional para as atividades não-petrolíferas, nomeadamente o agroturismo, pescas e agricultura.

Apoiada pela medida de Facilidade de Crédito Alargado 2012-2015 (FCA), com o apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia de São Tomé e Príncipe beneficiou de estabilidade macroeconómica, com a inflação a baixar um dígito (6.3% em 2014); de níveis adequados das reservas internacionais (cinco meses de importações em 2014) e de finanças públicas estáveis. A receita total, incluindo donativos, aumentou para 26.3% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2014,



contra 26.0% em 2013, enquanto as despesas totais diminuíram para 35.7% do PIB em 2014, contra 37.3% em 2013. Como resultado, o saldo orçamental global melhorou para um défice de 9.4% do PIB em 2014, de um défice de 11.3% em 2013 (Tabela 3).

A implementação das reformas económicas estruturais também ajudou a melhorar os indicadores macroeconómicos do país. As reformas incluem a aplicação mais incisiva do cumprimento das leis fiscais, a simplificação dos procedimentos aduaneiros e a execução da lei sobre lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo. No entanto, são necessários esforços adicionais para eliminar as dívidas tripartidas com atrasados de longa duração do importador de combustível ENCO, do tesouro e da EMAE, a empresa de água e eletricidade. O nível da dívida pública do país permanece com elevado risco de sobre-endividamento, com o stock da dívida pública a atingir 75% do PIB, em 2014.

O governo continua a desenvolver esforços para oferecer condições favoráveis às atividades do setor privado. A abolição da exigência de capital mínimo para entidades empresariais com vista a obter uma licença comercial foi considerada uma das principais realizações. Foram igualmente registados esforços em termos de obtenção de alvarás de contratos e de fornecimento de energia elétrica. Neste contexto, São Tomé e Príncipe está posicionado no lugar 153 entre 189 países em termos de facilidade de fazer negócios, no Relatório *Doing Business 2015*, do Banco Mundial, uma melhoria significativa em relação ao ano anterior, em que ficou no 169º lugar.

O desempenho registado pelo setor financeiro foi misto. O Banco Central concluiu o processo de reestruturação de um dos bancos comerciais do país em incumprimento. No terceiro trimestre de 2014, a oferta de moeda restrita (M0) aumentou para 1.06 biliões de DST (dobras de São Tomé e Príncipe) a partir de 811 mil milhões de DST reportado em 2013, devido a um aumento de 4.6% de moeda em circulação e do aumento das reservas dos bancos comerciais em 3.7%. A massa monetária (M2) também aumentou para 1.37 biliões de DST, contra 1.26 biliões de DST em 2013. Além disso, o crédito à economia, em especial ao setor privado, expandiu-se 0.8%, impulsionado pelo aumento de 1% do crédito em moeda local e pela queda de 0.2% nos créditos em moeda estrangeira. Os empréstimos em moeda estrangeira foram responsáveis por 52.6% do total dos empréstimos, enquanto os ativos líquidos foram responsáveis por 39.7% do total de ativos a partir de junho de 2013.

Apesar dos desafios persistentes, São Tomé e Príncipe também está a registar progressos na redução da pobreza e no desenvolvimento humano. O inquérito à pobreza de 2011, levado a cabo pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), mostrou que 49.6% da população vivia abaixo da linha de pobreza e 15.9% em extrema pobreza, em comparação com 53.8% e 19.2%, respetivamente, em 2001. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país aumentou para 0.558 em 2013, de 0.556 em 2012. Especialmente no setor da saúde, a implementação de programas com o apoio de parceiros como o Fundo Global e a cooperação de Taiwan tem ajudado a reduzir significativamente a prevalência e a taxa de mortalidade por malária. Depois de ter sido a principal causa de morte no país, a malária ocupa agora a quarta posição. Este progresso está sobretudo relacionado com os programas de saneamento, a desinfeção e secagem de fontes de água parada para impedir a reprodução de vetores da malária, a distribuição de mosquiteiros e a expansão da vacinação infantil a fim de reduzir a mortalidade infantil. Hoje, os cuidados primários de saúde estão descentralizados para os sete distritos do país.

O desenvolvimento de infraestruturas continua a ser uma prioridade, como é sublinhado no plano de ação estratégica para a redução da pobreza 2012-2016. A sua importância crítica foi destacada no orçamento de 2014, com 31.7% do total das despesas atribuídas ao investimento público. A transparência e responsabilidade têm sido questões fundamentais. Para o efeito, o governo criou uma unidade de aprovisionamento responsável por analisar todos os contratos nacionais, incluindo os contratos para projetos de infraestruturas. O governo também criou uma divisão dentro do Ministério das Infraestruturas e Obras Públicas que aprova os projetos e fornece licenças de construção. O objetivo é melhorar a qualidade e supervisão de projetos de infraestruturas e proceder a uma auditoria de supervisão.



Tabela 2. PIB por setor (em percentagem do PIB)

|  | 2009         | 2013         |
|--|--------------|--------------|
| Agricultura, silvicultura, pesca e caça  | 23.5         | 23.4         |
| dos quais pesca  | 6.6          | 7.9          |
| Indústria extrativa  | 0.6          | 0.5          |
| dos quais petróleo   | ...          | ...          |
| Indústria transformadora   | 8.6          | 8.2          |
| Eletricidade, gás e água   | 3.1          | 3.7          |
| Construção   | 8.1          | 4.3          |
| Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos, bens de consumo, hotelaria e restauração | 29.7         | 28.3         |
| dos quais hotelaria e restauração  | 1.4          | 1.6          |
| Transportes, armazenagem e comunicações  | 14.8         | 15.5         |
| Serviços financeiros, imobiliário e serviços às empresas   | 1.6          | 4.5          |
| Administração pública e defesa   | 4.4          | 4.6          |
| Outros serviços  | 5.6          | 7.1          |
| <b>Produto interno bruto a preços básicos/custo dos fatores</b>                                  | <b>100.0</b> | <b>100.0</b> |

Fonte: Autoridades Nacionais.

## A política macroeconómica

### A política orçamental

O quadro orçamental do país permanece consistente com o desempenho macroeconómico global, apesar dos desafios colocados pela desaceleração económica a nível global. O quadro orçamental continuou a ser orientado pela FCA 2012-2015 acordada com o FMI. A terceira revisão da FCA, concluída em março de 2014, avaliou o desempenho das autoridades como satisfatório. Em conformidade com o acordo FCA e o regime de câmbio fixo, o governo estima que o défice orçamental primário atinja 3% do PIB. Esta medida será parcialmente financiada pelo apoio orçamental do Banco Mundial, através dos recursos provenientes da Iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados (HIPC) e de transferências da conta nacional do petróleo. A nova linha de crédito com Angola, estimada em 180 milhões de dólares, tem afetado o stock da dívida pública do país, estimada em mais de 75% do PIB em 2014. Esta linha de crédito deverá financiar projetos nos setores dos transportes, energia, saúde e educação e contribuirá para a promoção do crescimento inclusivo e a redução da pobreza.

A discussão do Orçamento para 2015 foi adiada para março de 2015. Em janeiro de 2014, as autoridades aprovaram um ambicioso orçamento para 2014, de 159 milhões de USD. Cerca de 93% das despesas de capital deverão ser financiadas através da ajuda externa. Em 2014, as receitas fiscais foram projetadas para atingir 15.1% do PIB, inferior aos 15.2% registados em 2013. Os subsídios registaram um desempenho superior, 9.5% do PIB em 2014, acima dos 9.1% do PIB em 2013. O controlo das despesas correntes tem melhorado, com as mesmas a situarem-se em 17.7% do PIB em 2014, que compara com 18.3% em 2013. A melhoria também foi notada nas despesas relacionadas com as despesas de capital, que totalizaram 18.0% do PIB em 2014, abaixo dos 19.1% do PIB em 2013. Como consequência, o défice primário situou-se em 8.9% do PIB em 2014, abaixo dos 10.9% registados em 2013. Em 2015, o saldo primário deverá deteriorar-se ligeiramente, em 1.9% do PIB, impulsionado principalmente por uma redução no total das receitas e donativos (Tabela 3).

Os desafios permanecem, entre eles o “projeto de inclusão do contribuinte” para fortalecer a administração das receitas; disposições preparatórias no sentido da instalação de um balcão único destinado ao comércio externo, com o apoio do Banco Mundial e do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD); o lançamento do sistema integrado de gestão das finanças públicas conhecido por SAFE-E; e a implementação de medidas para superar os atrasados crónicos entre o



governo, a EMAE e a ENCO. Estão também a ser desenvolvidos esforços destinados a impulsionar o setor da agricultura e o setor privado nascente. Estes esforços incluem o desenvolvimento de uma nova política agrícola, as reformas propostas e a formação com vista a fortalecer o sistema judicial, bem como o ajustamento dos salários da administração pública, sendo a principal restrição o elevado custo dos empréstimos (taxas de juro de 24% a 26%).

Tabela 3. Finanças públicas (em percentagem do PIB)

|   | 2006         | 2011         | 2012         | 2013         | 2014(e)     | 2015(p)     | 2016(p)     |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|-------------|-------------|-------------|
| <b>Receitas totais (inclui donativos)</b>           | <b>33.9</b>  | <b>40.3</b>  | <b>32.0</b>  | <b>26.0</b>  | <b>26.3</b> | <b>25.1</b> | <b>22.9</b> |
| Receitas fiscais                                    | 15.8         | 16.6         | 14.0         | 15.2         | 15.1        | 14.7        | 14.7        |
| Donativos   | 15.7         | 22.3         | 16.7         | 9.1          | 9.5         | 8.7         | 6.5         |
| <b>Despesas totais (e empréstimos líquidos) (a)</b> | <b>46.5</b>  | <b>52.9</b>  | <b>44.1</b>  | <b>37.3</b>  | <b>35.7</b> | <b>32.3</b> | <b>30.9</b> |
| Despesas correntes                                  | 26.2         | 19.4         | 17.4         | 18.3         | 17.7        | 16.1        | 15.9        |
| Sem juros   | 22.9         | 18.9         | 16.8         | 17.9         | 17.2        | 16.0        | 15.7        |
| Ordenados e salários                                | 7.9          | 8.4          | 8.3          | 8.5          | 8.2         | 7.8         | 7.7         |
| Juros   | 3.3          | 0.5          | 0.6          | 0.4          | 0.5         | 0.1         | 0.1         |
| Despesas de capital                                 | 20.3         | 33.5         | 26.8         | 19.1         | 18.0        | 16.2        | 16.1        |
| <b>Saldo primário</b>                               | <b>-9.4</b>  | <b>-12.1</b> | <b>-11.6</b> | <b>-10.9</b> | <b>-8.9</b> | <b>-7.0</b> | <b>-7.9</b> |
| <b>Saldo global</b>                                 | <b>-12.7</b> | <b>-12.6</b> | <b>-12.2</b> | <b>-11.3</b> | <b>-9.4</b> | <b>-7.2</b> | <b>-8.0</b> |

Note : a. Somente os principais itens de receitas e de despesas são detalhados.

Fonte: Dados das autoridades nacionais; estimativas (e) e previsões (p) com base em cálculos dos autores.

## Política monetária

A política monetária de São Tomé e Príncipe de ancoragem da dobra ao euro complementou medidas de política fiscal e contribuiu para a estabilidade dos preços. No início de 2014, o governo reduziu a meta da inflação para 7%, na expectativa de um abrandamento dos preços dos alimentos e dos combustíveis no mercado internacional. Em março de 2014, durante a terceira revisão da FCA, esta meta foi revista para 6%. Durante o primeiro semestre de 2014, a inflação registou uma variação mensal de 0.9% em comparação com 0.3% no mesmo período de 2013, devido, principalmente, a um aumento dos preços de bens e serviços (7.6%), das atividades culturais e de entretenimento (4.3%), do vestuário e calçado (3.6%), e dos alimentos, bebidas e cigarros (1%). No final de 2014, a inflação situou-se em 6.3%, prevendo-se uma diminuição para 5.2% em 2015. No mesmo período, o crédito ao governo aumentou 2.26%, e a ligeira recuperação do crédito à economia (0.34%) contribuiu para o crescimento da moeda. Além disso, a dobra valorizou-se em relação ao dólar, para 18.595 DST em 2014, que compara com 19.21 DST no final de 2013.

Durante o segundo semestre de 2014, o desempenho dos agregados monetários esteve em linha com as expectativas de expansão do crédito à economia (0.8%), em especial para o setor privado, impulsionado principalmente por um aumento nos créditos em moeda local. Para apoiar o governo nos seus esforços de crescimento sustentável e inclusivo, o Banco Central reduziu ainda mais a sua taxa básica de juro para 10%, contra 12% registados em 2014.

## Cooperação económica, integração regional e comércio

A efetiva integração na região aumentaria a competitividade e a resiliência de São Tomé e Príncipe. Como pequena economia insular, o país tem oportunidades limitadas de desenvolvimento, o que torna a integração regional mais decisiva. Promover oportunidades de desenvolvimento com potencial nos setores da agricultura e do turismo permitiria uma melhor integração nas redes globais e melhorar a cooperação com os parceiros.

A inclusão do país na Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) ainda tem de mostrar resultados. Os limites da integração efetiva podem ser explicados pelo afastamento do país do continente africano e pela sua falta de infraestruturas desenvolvidas. Além disso, os



postos de controlo não-oficiais e sobretaxas sobre mercadorias são prejudiciais para a integração. Para enfrentar estes desafios, o governo lançou o sistema informatizado ASYCUDA com vista a agilizar os processos de desalfandegamento. São Tomé e Príncipe tornou-se, assim, o primeiro país da África Central a adotar mecanismos rigorosos de controlo interno dentro da direção das alfândegas com vista a reduzir o tempo necessário para as transações comerciais, eliminando procedimentos complicados, facilitando o comércio e melhorando a arrecadação de receitas aduaneiras. A nova fase será implementada em 2015, com o apoio financeiro do Banco Africano de Desenvolvimento e da Corporação Financeira Internacional (CFI).

Tradicionalmente, o comércio de São Tomé e Príncipe tem-se concentrado na Europa. Portugal é o destino do seu principal produto de exportação, o cacau orgânico, e existe necessidade de um quadro estratégico claro para permitir a sua comercialização em toda a região. Com um desenvolvimento notável, tem-se registado um aumento da cooperação sul-sul com Angola nos últimos meses. O governo reviu as suas regras e procedimentos aduaneiros durante 2014 de modo a permitir procedimentos de negócio mais suaves, nomeadamente através da redução das tarifas de importação. No entanto, três principais desafios de política comercial permanecem na agenda do governo para 2015: a adesão do país à Organização Mundial do Comércio, a sua entrada na Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC) e a negociação do Acordo de Parceria Económica com a União Europeia.

Tabela 4. Conta corrente (em percentagem do PIB)

|                                | 2006         | 2011         | 2012         | 2013         | 2014(e)      | 2015(p)      | 2016(p)      |
|--------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Balança comercial              | -38.1        | -42.2        | -39.3        | -37.1        | -34.2        | -27.2        | -28.0        |
| Exportações de bens (f.o.b.)   | 5.7          | 4.4          | 5.7          | 4.1          | 3.7          | 3.5          | 3.2          |
| Importações de bens (f.o.b.)   | 43.8         | 46.6         | 45.1         | 41.3         | 37.9         | 30.7         | 31.2         |
| Serviços                       | -14.0        | -5.2         | -2.5         | -2.6         | -3.3         | -3.5         | -3.2         |
| Rendimento dos fatores         | 1.7          | -0.2         | -0.8         | -0.8         | -0.9         | -0.6         | -0.6         |
| Transferências correntes       | 25.4         | 20.9         | 20.2         | 22.3         | 21.4         | 20.7         | 18.9         |
| <b>Saldo da conta corrente</b> | <b>-24.9</b> | <b>-26.6</b> | <b>-22.5</b> | <b>-18.3</b> | <b>-17.0</b> | <b>-10.7</b> | <b>-12.9</b> |

Fonte: Dados das Autoridades Nacionais; estimativas (e) e previsões (p) com base em cálculos dos autores.

## Política da dívida

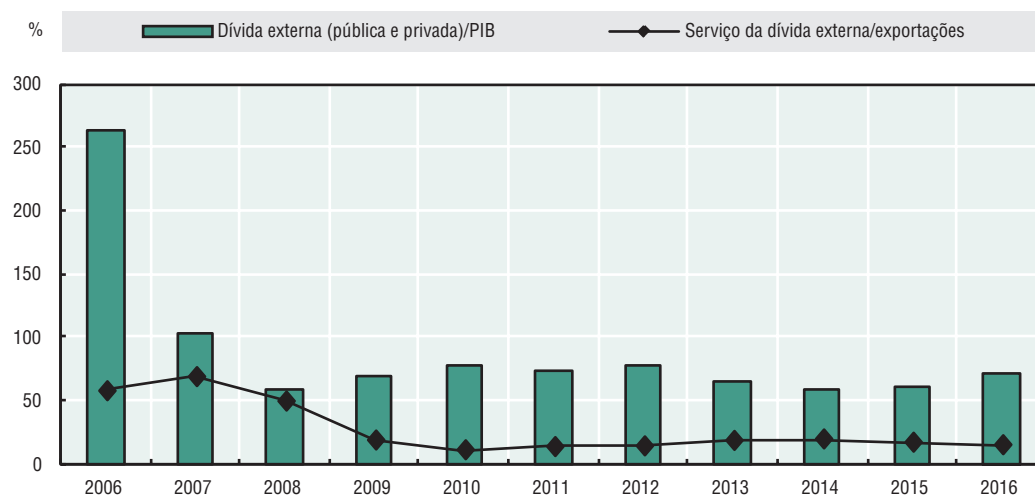
A dívida pública do país apresenta um elevado risco de sobre-endividamento no contexto de uma política orçamental expansionista e uma base de exportação limitada. Em 2013, o stock da dívida pública atingiu 70% do PIB, dos quais 96% eram dívida externa e 4% dívida interna. Embora Portugal e Angola sejam ainda os principais credores, a Nigéria é o principal credor de dívida de curto prazo. Apesar do progresso registado na gestão do stock da dívida, por meio do controlo prudente do endividamento, o cumprimento da legislação fiscal parece ser fundamental para o fortalecimento das receitas aduaneiras e para assegurar a solidez macroeconómica.

O orçamento do Estado para 2014 antecipou novas dívidas com o objetivo de permitir o financiamento de projetos-chave do governo, o que deverá ter um efeito multiplicador na economia e aumentar o stock da dívida pública. O Banco Mundial e a Análise da Sustentabilidade da Dívida do FMI indicaram que a posição da dívida do país só se irá estabilizar na sequência do começo da prevista produção de petróleo. Mas o início da produção de petróleo, inicialmente previsto para 2015, foi adiado, trazendo desafios adicionais. Como parte de um acordo com o FMI, a Lei de Gestão da Dívida Pública foi promulgada em 2012 com o objetivo de fornecer políticas claras para a contratação de dívida e o estabelecimento de diferentes níveis de responsabilidade. Todas as dívidas, nacionais e internacionais, são registadas numa base trimestral pela unidade de gestão da dívida. O sistema do Secretariado da Commonwealth para o registo e gestão da dívida também é usado para o registo da dívida.



O Banco Central continuou a ser o principal financiador da dívida interna do governo. A coordenação entre o Gabinete de Gestão da Dívida Pública e as outras agências tem melhorado nos últimos anos.

Figura 2. Stock total de dívida externa (percentagem do PIB) e do serviço da dívida pública (percentagem de exportações de bens e serviços)



Fonte: FMI (WEO & Artigo IV).

## Governança económica e política

### Setor privado

O governo de São Tomé e Príncipe fez grandes esforços no sentido de dar um novo impulso ao setor privado através da atribuição de uma licença de exploração à UNITEL, a empresa de telecomunicações angolana e introduzindo o sistema de *software* ASYCUDA no serviço aduaneiro. O Relatório *Doing Business 2015*, do Banco Mundial, aponta a falta de reformas e um sistema judicial fraco como restrições chave para o desenvolvimento do setor privado. O relatório também anota que as altas taxas de juro (24% a 26%) e a falta de acesso ao crédito são fatores penalizadores para o embrionário setor privado. Dificuldades na resolução de insolvências e o alto custo da energia elétrica também penalizam o setor privado. Mas as autoridades iniciaram reformas estruturais para melhorar a situação. Estão em curso esforços para eliminar a exigência de um capital mínimo para iniciar um negócio. Também se têm verificado melhorias no acesso à eletricidade e na redução da complexidade na obtenção de licenças de construção.

Com o orçamento de 2014, o governo está determinado em restaurar a confiança dos investidores. Ao contrário de anos anteriores, foram anunciados aumentos não muito elevados de impostos sobre as empresas. A gestão empresarial estimula a divulgação de operações financeiras e a proteção dos direitos dos acionistas, sendo ainda, no entanto, necessários progressos no que diz respeito à execução. Algumas medidas tomadas pelo governo nos últimos anos para impulsionar o setor privado têm-se provado ser eficazes. O balcão único é funcional e as empresas podem registar os seus negócios e atividades económicas no mesmo dia. A estabilização da dobra, indexada ao euro no início de 2010, ajudou a conter as flutuações cambiais. No futuro, o governo está a considerar um Quadro de Planeamento Nacional (QPN), que irá fornecer uma visão global de desenvolvimento para o território do país e identificar oportunidades de investimento em diferentes áreas. Com o apoio financeiro do Banco Africano de Desenvolvimento, o governo está a trabalhar numa estratégia de desenvolvimento para o setor privado.





## Setor financeiro

O desempenho do setor financeiro permaneceu abaixo das expectativas. A avaliação do setor pelo Banco Central concluiu que a parcela de empréstimos malparados havia atingido 25% em dezembro 2014, devido à rápida expansão do crédito no contexto de uma deficiente gestão do risco e de uma fraca cultura de empréstimo. A avaliação também indicou que o desempenho de um banco comercial esteve abaixo do padrão e o controle de gestão foi, temporariamente, assegurado pelo Banco Central. Os restantes sete bancos comerciais foram classificados como satisfatórios.

Várias dificuldades em fornecer garantias e as altas taxas de juro cobradas pelos bancos comerciais (24% a 26%) continuam a impedir o acesso ao financiamento por parte das pequenas e médias empresas (PME). Devido à falta de dados, não é possível avaliar a proporção da população e das PME que têm acesso ao crédito. Além disso, a maioria dos bancos são filiais estrangeiras e, portanto, podem ser vulneráveis a choques registados nos mercados estrangeiros. Estão a ser feitos progressos para produzir relatórios financeiros de acordo com princípios de Basileia II. O sistema de pagamentos ainda é pouco desenvolvido.

A mobilização eficiente de recursos internos é um dos desafios políticos fundamentais do governo. Numa economia que é altamente dependente das importações, a principal fonte de receitas reside nos impostos sobre as importações. É importante notar que o sistema tributário é regressivo, já que o pequeno número de empresas não pode contribuir de forma significativa através do pagamento de impostos. A maior parte da carga tributária recai, portanto, sobre os salários do setor público, que já são baixos. O atraso no início da produção de petróleo para 2018/19, em vez de 2015, como previsto inicialmente, vai expor ainda mais e afetar negativamente muitos dos bancos comerciais existentes, já que a maioria desses bancos esperava beneficiar da esperada bonança do petróleo do país. Os bancos têm, portanto, necessidade de ajustar as suas estratégias para setores não-petrolíferos, a fim de garantir a sustentabilidade dos seus modelos de negócios.

## Gestão do setor público, instituições e reformas

São Tomé e Príncipe tem uma boa governação baseada no Estado de direito. O país ficou em 12º lugar entre 52 países, em 2014, no Índice Mo Ibrahim de Boa Governação Africana. São Tomé e Príncipe está classificado em 9º lugar em África e em 1º lugar na África Central, em termos de segurança e de Estado de Direito. O quadro legal para os direitos de propriedade, aprovado em 2012, continua a guiar a intervenção do governo nessa área. O Relatório *Freedom in the World* 2014 avalia o país como livre, com São Tomé e Príncipe a obter 2 pontos numa escala de 1 (melhor) a 7 (pior) em termos de liberdade, direitos políticos e liberdades civis. Os meios de comunicação operam livremente. O governo trabalhou para melhorar a transparência na gestão dos recursos públicos, disponibilizando as principais informações, incluindo o orçamento do Estado, que publicou no seu *website*. Uma ligeira melhoria também foi referida em 2014 no Índice de Perceção da Corrupção Mundial, da Transparência Internacional, com São Tomé e Príncipe a situar-se no lugar 76 entre 175 países, que compara com a posição 77 em 2013.

O setor público é a principal entidade económica em São Tomé e Príncipe, e representa mais de 80% da formação de capital e do PIB. A fraca capacidade das autoridades para mobilizar recursos internos tem impedido a prestação eficiente de serviços, enquanto o baixo nível dos salários incentiva os melhores funcionários a procurar empregos melhor remunerados fora do setor público. Em 2013, o governo fez um esforço para melhorar a situação, aumentando os salários e vencimentos, com os salários dos funcionários públicos a representarem 9.3% do PIB, em comparação com 8% do PIB programado no orçamento. No orçamento de 2014, o governo estabeleceu as despesas relacionadas com os salários totais em 542 milhões de DST e prometeu mais fiscalização para evitar distorções, conforme acordado com o FMI. O governo continua a oferecer ensino gratuito, cuidados de saúde gratuitos e o direito a prestações de segurança social, com 36% do orçamento de 2014 destinado à educação e 28% ao setor social.



## Gestão de recursos naturais e meio ambiente

São Tomé e Príncipe está a caminho de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio relacionados com o ambiente. Mais de 97% da população tem acesso a água potável e 34% acesso a instalações sanitárias melhoradas em 2013, contra 25% em 2000.

São Tomé e Príncipe apresentou a sua segunda comunicação nacional sobre as alterações climáticas na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC), em Bona, em junho de 2014, embora a comunicação ainda tenha de ser validada. O país também preparou um Programa de Ação Nacional para Adaptação (PANA) às mudanças climáticas, que aguarda financiamento. O PANA assenta em 22 prioridades urgentes e imediatas, incluindo as prioridades de adaptação nos setores das pescas, agricultura, silvicultura, infraestruturas, proteção civil, saúde, energia e água, entre outros. O plano de ação foi concebido para responder às necessidades dos grupos mais vulneráveis, como os pescadores artesanais, agricultores e mulheres. Também estão a ser feitos esforços para combater o desmatamento ilegal. Com o apoio da Espanha e dos Estados Unidos, o governo iniciou uma campanha de plantações a fim de combater a desertificação. Os guardas florestais estão a ser equipados com ferramentas que lhes permitam executar com eficiência as suas funções, e está a ser promovida uma consulta à comunidade sobre o impacto do desmatamento.

## Contexto político

São Tomé e Príncipe realizou eleições legislativas livres e transparentes a 12 de outubro de 2014. As eleições foram ganhas pelo (ADI), partido da Ação Democrática Independente liderado por Patrice Trovoada, ex-primeiro-ministro. O partido conseguiu 33 dos 55 lugares na Assembleia Nacional; quatro dos lugares foram conquistados por mulheres. O novo governo substituiu um governo de coligação, que assumiu o poder em dezembro de 2012, após o colapso do governo anterior. A vitória da ADI foi vista como uma indicação clara do desejo da população em restaurar a estabilidade política num país onde nenhum governo concluiu o seu mandato desde 1990, quando a democracia multipartidária foi instituída. O resultado também demonstra a vontade do eleitorado em criar um ambiente propício para restaurar a confiança dos investidores.

Tendo em consideração os riscos de desenvolvimento que o país enfrenta, o governo aderiu, em 2014, ao g7+, uma associação dos autodeclarados “Estados frágeis” que estão em transição para o próximo estágio de desenvolvimento. A associação aprovou um “Novo Acordo de Compromisso em Estados Frágeis”, que tem como objetivo construir nações e acabar com a pobreza.

## Contexto social e desenvolvimento humano

### Desenvolvendo os recursos humanos

São Tomé e Príncipe ocupa o 142º lugar entre 187 países no *Relatório de Desenvolvimento Humano* 2014, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), colocando o país na categoria de desenvolvimento humano médio. Com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0.558, São Tomé está acima da média da África subsaariana, de 0.508. O país está no bom caminho para alcançar a educação primária universal, o segundo dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. Em 2013, as matrículas no ensino primário situaram-se em 96.4%, enquanto a taxa de alfabetização de pessoas com 15 ou mais anos foi de 69.5%. Apesar dos desafios macroeconómicos do país, a educação continua a ser um dos setores prioritários no orçamento de 2014, respondendo por 36% das despesas. O acesso à educação básica é gratuito e obrigatório até à 6ª classe e, em alguns casos específicos, o governo prevê uma ajuda financeira às famílias pobres para que os seus filhos possam frequentar a escola.

Hoje, os cuidados primários de saúde estão descentralizados para os sete distritos de São Tomé e Príncipe. Os principais problemas de saúde no país, em ordem de prevalência, são: doenças



respiratórias, diarreia, hipertensão (AVC), diabetes, malária, acidentes de trânsito (com a proliferação de moto-táxis), anemia e HIV. Relativamente a este último, a prevalência permanece baixa, em 1.0%, com um pouco mais de casos entre os homens do que entre as mulheres, mas superior a 0.9% observado em 2000.

Em termos de saúde reprodutiva registou-se um progresso substancial. No entanto, é essencial continuar a reforçar o programa de informação, educação e comunicação sobre o planeamento familiar com vista a evitar a gravidez precoce. Embora exista um programa de formação contínua para cardiologia (6 participantes) e nefrologia (12 participantes), financiado pela UE, São Tomé e Príncipe deverá enfrentar vários desafios, nomeadamente o facto de os trabalhadores de saúde (médicos, enfermeiros, parteiras) serem insuficientes, devido à falta de formação e à fuga de cérebros para Angola e Portugal. A emigração de profissionais de saúde está relacionada com os baixos salários e as condições oferecidas a esses profissionais.

### **A redução da pobreza, a proteção social e laboral**

A Estratégia de Redução da Pobreza 2012-2016 do governo identificou quatro pilares: i) a reforma das instituições públicas e a promoção da boa governação; ii) o crescimento económico redistributivo sustentado a longo prazo; iii) o desenvolvimento de recursos humanos e a melhoria dos serviços sociais básicos; e iv) o reforço da coesão social e da promoção do desenvolvimento humano sustentável e integrado. Através dos Inquéritos sobre a pobreza realizados em entrevistas porta-a-porta entre todos os residentes no país, foi possível identificar os grupos vulneráveis. Estes inquéritos são realizados de 10 em 10 anos. O último perfil da pobreza, realizado em 2011, indicou que a situação tem vindo a melhorar, com 49.6% da população a viver abaixo da linha de pobreza e 15.9% em extrema pobreza, em comparação com 53.8% e 19.2%, respetivamente, em 2001.

Em termos de política centrada na comunidade, no primeiro semestre de 2014, o Governo aprovou um decreto-lei intitulado Programa Aposta Jovem que define critérios para tornar o crédito disponível aos jovens. Apesar desta e de outras melhorias legislativas nos últimos anos, o insuficiente apoio do governo central dificulta a capacidade de desenvolvimento das organizações não-governamentais (ONGs). A participação das ONGs na tomada de decisão para garantir a transparência na gestão dos fundos públicos ainda é limitada. Têm sido feitos esforços pelas ONGs para se envolverem diretamente com os parceiros de desenvolvimento, disponibilizando informações sobre as suas atividades. No entanto, há necessidade de reforçar essa relação, a fim de permitir que as ONGs locais possam beneficiar ainda mais de programas de formação oferecidos pelos parceiros.

São Tomé e Príncipe possui um sistema de segurança social desenvolvido que abrange tanto os empresários como os empregados. Mas a implementação do sistema, que foi introduzido em 2004, continua a ser um desafio devido à falta de financiamento público. São Tomé e Príncipe ainda tem de estabelecer um código para o mercado de trabalho, e carece de um tribunal de trabalho para defender os interesses dos funcionários públicos. Quando surgem conflitos relacionados com o trabalho, os conflitos extrajudiciais são frequentemente resolvidos pelo Ministério do Trabalho e em casos mais graves são transferidos para o Ministério da Justiça. O país também enfrenta uma necessidade crítica de melhorar as regras e regulamentos para a proteção do trabalho infantil, uma vez que estes são muito insuficientes.

### **Igualdade do género**

Tem sido dada especial atenção às questões de género nos documentos recentes de políticas, incluindo a Estratégia de Redução da Pobreza 2012-2016, apesar de as medidas de políticas concretas com vista a mitigar os desequilíbrios de género ainda serem escassas. Um terço de todas as famílias são chefiadas por mulheres, que vivem sós ou em “união livre”, com menor consumo per-capita do que as famílias chefiadas por homens. A taxa de desemprego nacional é de 13.6%, mas entre as mulheres a taxa é de 19.7%, contra 9.3% entre os homens, de acordo com o Recenseamento Geral da População e Habitação de 2012.



São Tomé e Príncipe está, no entanto, a caminho de alcançar o terceiro Objetivo de Desenvolvimento do Milénio de promover a igualdade de género e o empoderamento das mulheres. A proporção de lugares ocupados por mulheres no parlamento nacional duplicou para 18% em 2014, que compara com 9% em 2012. Na educação, o rácio do sexo feminino para a escolarização primária masculina situou-se em 97%, enquanto a proporção de raparigas relativamente aos rapazes inscritos no ensino secundário era de 110%. No Índice de Desenvolvimento do Género, do Relatório de Desenvolvimento Humano 2014, do PNUD, São Tomé e Príncipe está classificado 115º lugar entre 187 países.

## **Análise temática: Desenvolvimento territorial e inclusão espacial**

São Tomé e Príncipe é um pequeno estado insular localizado ao largo da costa da África Central. A população totaliza 187.356 habitantes, de acordo com o censo de 2012 realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), com 33% da população a viver em áreas rurais e 67% em áreas urbanas. A população está mais concentrada no distrito de Água Grande (73.091), seguido por Me-Zochi (46.265), Lobata (20.007), Cantagalo (18.194), Lemba (15.370), Região Autónoma do Príncipe (7.542) e Caue (6.887). Um estudo de 2011 sobre a pobreza, conduzida conjuntamente pelo PNUD e pelo governo, através do INE, constatou que a pobreza afeta principalmente as mulheres (71.3%) e é mais prevalente em áreas rurais, o que resulta numa migração significativa de trabalhadores rurais para os centros urbanos. Em 1977, dois anos após a independência de Portugal, o governo iniciou reformas fundamentais e privatizou as terras, a partir de grandes plantações de propriedade portuguesa. As reformas destinavam-se a reduzir as disparidades entre as zonas urbanas e rurais. Mas o setor agrícola tem enfrentado grandes dificuldades devido à falta de investimentos e insuficiente mão-de-obra qualificada para tornar estas plantações sustentáveis. Uma nova política agrícola tem como objetivo garantir a segurança alimentar e reduzir as importações, melhorando a produção nacional de alimentos, e reestruturar as exportações agrícolas a fim de aumentar os volumes de exportação e preços.

Os desafios estão a aumentar para São Tomé e Príncipe, a vulnerabilidade do país às mudanças climáticas torna-se evidente, com o aumento das temperaturas e uma diminuição simultânea das chuvas. Como pequeno país insular, São Tomé e Príncipe está diretamente exposto à subida do nível das águas do mar, e as suas zonas costeiras estão a enfrentar problemas graves de erosão devido à exploração de aterros para materiais de construção (areia, tijolos e barro, em particular). Enquanto isso, mais de 80% da população depende da agricultura, pescas ou outras atividades diretamente relacionadas com o sector primário. As zonas rurais ainda são confrontadas com vários desafios de inclusão, entre os quais o acesso ao saneamento, água potável, escolas e hospitais. A descentralização do poder de decisão, que visa transferir uma maior autonomia para os organismos governamentais locais e regionais, ainda tem de provar a sua eficácia. A perceção geral é de que a classe política ainda está relutante em abraçar esta mudança. Além disso, o orçamento para as zonas rurais continua a ser insuficiente, tendo em conta as necessidades atuais e a crescente população jovem. No entanto, as autoridades estão a enviar esforços para melhorar as condições, através: i) do apoio às famílias em situação de extrema pobreza; ii) de um programa de alimentação escolar; iii) de um programa de vacinação; e iv) do aumento das dotações para o setor social no orçamento do Estado. Ao nível do país, as infraestruturas continuam a ser um grande obstáculo ao desenvolvimento, como confirmado por um estudo do BAD, de 2010, sobre o custo da insularidade em São Tomé e Príncipe. As deficientes infraestruturas do país limitam o seu potencial de crescimento e o comércio. O custo de expedição é estimado ser cerca de 30% a 40% mais elevado em São Tomé, do que em Libreville. A limitada acessibilidade e conectividade traduzem-se em elevados custos de transporte e de comunicação. Como país insular, São Tomé e Príncipe tem acesso apenas aos transportes aéreos e marítimos para a movimentação física de bens e pessoas e às TIC para a conectividade digital. A maioria dos programas de infraestruturas são em grande parte financiados pela ajuda externa devido à fraca capacidade do governo para mobilizar recursos internos suficientes.



Irregularidades na recolha de dados por parte do Instituto Nacional de Estatística, INE, continuam a afetar as perspetivas de desenvolvimento do país, incluindo a definição de estratégias de desenvolvimento territorial. Existe necessidade urgente de uma abordagem concertada entre o governo e as suas agências sub-regionais a fim de apoiar a decisão política por meio da coleta sistemática de dados estatísticos em áreas rurais/urbanas. Apesar do seu papel fundamental, a recolha de dados estatísticos não beneficiou de um grande financiamento no orçamento geral do Estado para 2014, sendo ainda necessário um investimento significativo. Além disso, apesar do alcance ambicioso do orçamento de 2014, o sistema de orçamentos locais é inexistente. Toda a preparação do orçamento é realizada a nível do governo central através de um processo de consulta às autoridades locais, incluindo a região autónoma da ilha de Príncipe, face aos limitados recursos disponíveis. Não há garantia de que as necessidades de cada governo local e distrital serão consideradas no orçamento do Estado, com o conseqüente atraso na execução dos planos de desenvolvimento local. Quanto à fiscalidade, a lei das finanças públicas estipula que qualquer aumento de impostos precisa ser aprovado pelos membros do Parlamento nacional. Além disso, o país ainda não possui uma estratégia para combater as desigualdades territoriais. O primeiro Documento de Planeamento Nacional (DPN) remonta a 1977, dois anos após a independência de Portugal. Com o apoio do governo da Jugoslávia, este primeiro plano nacional de ocupação, uso e transformação da terra teve em consideração as vantagens comparativas de cada zona e distrito. O NPD atual é baseado no princípio da utilização equilibrada e parcimoniosa da terra, tendo em conta a questão da proteção dos recursos para as gerações futuras. O governo pretende responder à falta gritante de habitação entre os jovens através da criação de centros urbanos com programas de habitação para vários grupos sociais. Para sustentar essa política de habitação existe um projeto em curso, designado Apoio ao Desenvolvimento Urbano de São Tomé e Príncipe, que se concentra em três componentes inter-relacionadas: i) ordenamento do território; ii) política de habitação e metodologia não convencional para a construção; e iii) estruturação e gestão do fundo de desenvolvimento social. Até à data, o país tem planos de expansão urbana apenas na cidade de São Tomé, no setor norte, entre Gongga, Santo Amaro e o aeroporto, e também no distrito da capital. Um quadro jurídico de gestão territorial tem sido preparado, mas está a aguardar a aprovação e publicação. Em 2015, o governo prevê a preparação de um plano nacional de ordenamento, com o apoio financeiro do BAD. Há uma forte sinergia entre a visão de inclusão espacial do país e a estratégia do BAD para o crescimento inclusivo em África. Ambas as estratégias procuram expandir a base económica ultrapassando as barreiras da idade, do género e da geografia, através do investimento em infraestruturas que trarão oportunidades para o setor privado, para a igualdade de género e para a participação da comunidade. O BAD está a desempenhar um papel essencial no âmbito das lacunas africanas em infraestruturas via integração regional. A iniciativa Africa50 lançada em 2012, que visa mobilizar o financiamento privado para acelerar a rapidez de entrega de infraestruturas em África, é também um importante veículo.



**From:**  
**African Economic Outlook 2015**  
Regional Development and Spatial Inclusion

**Access the complete publication at:**  
<https://doi.org/10.1787/aeo-2015-en>

**Please cite this chapter as:**

African Development Bank/OECD/United Nations Development Programme (2015), “São Tomé e Príncipe”, in *African Economic Outlook 2015: Regional Development and Spatial Inclusion*, OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264233362-33-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document and any map included herein are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area.

You can copy, download or print OECD content for your own use, and you can include excerpts from OECD publications, databases and multimedia products in your own documents, presentations, blogs, websites and teaching materials, provided that suitable acknowledgment of OECD as source and copyright owner is given. All requests for public or commercial use and translation rights should be submitted to [rights@oecd.org](mailto:rights@oecd.org). Requests for permission to photocopy portions of this material for public or commercial use shall be addressed directly to the Copyright Clearance Center (CCC) at [info@copyright.com](mailto:info@copyright.com) or the Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) at [contact@cfcopies.com](mailto:contact@cfcopies.com).